



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

Processo nº: 17.726/19-e

Jurisdicionada: Banco de Brasília S/A – BRB

Assunto: Representação

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – SEGEM

MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Sessão: Pauta nº 83, S.O. nº 5171, de 17.10.2019

Publicação: DODF nº 197, de 15.10.2019, pág. 15

Ementa: Representação formulada pela empresa privada H2F Construções e Serviços EIRELI – ME, **com pedido de medida cautelar**, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico - PE nº 32/2019, conduzido pelo Banco de Brasília S/A – BRB, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial, com equipe técnica residente na jurisdição.

Conhecimento da exordial, sem deferimento da cautelar pleiteada, concessão de prazo ao BRB para manifestação e determinação para que encaminhe ao Tribunal cópia integral (e em meio digital) do processo de contratação (Decisão nº 2.714/19-CPM).

Análise de mérito.

PARECERES CONVERGENTES: improcedência da peça inaugural e arquivamento dos autos.

VOTO de acordo com os Pareceres.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Representação formulada pela empresa privada H2F Construções e Serviços EIRELI – ME (e-doc 04BC484A-c), **com pedido de cautelar**, acerca de possíveis falhas no Pregão Eletrônico – PE nº 32/2019, conduzido pelo Banco de Brasília S/A – BRB, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial, com equipe



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

técnica residente na jurisdicionada (conforme edital constante das fls. 2/95 do e-doc 8A881611-c).

2. Em apertada síntese, a Representante alega que foi indevidamente inabilitada pelo Pregoeiro por ter descumprido itens supostamente estranhos aos requisitos de habilitação, a saber: 12.4, 12.5, 12.6, 12.7, 12.8, 16, 17 e 18 do instrumento convocatório.

3. Em face da suposta irregularidade, requer a suspensão cautelar do certame e, no mérito, a anulação da decisão administrativa adotada pelo Pregoeiro, com sua consequente habilitação.

4. Ao apreciar a matéria, o Tribunal, na Sessão de 8.8.2019, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 2.714/19 (e-doc 3870DA6B-e), **in verbis**:

DECISÃO Nº 2.714/19 (CPM)

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. conhecer da Representação formulada pela empresa privada H2F Construções e Serviços EIRELI – ME, com pedido de medida cautelar, em razão de supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico – PE nº 32/2019 pelo Banco de Brasília S.A. (e-doc 04BC484A-c) por estarem preenchidos os requisitos previstos no art. 230 do Regimento Interno do TCDF; II. **conceder, nos termos do art. 230, § 7º, do Regimento Interno do TCDF, ao Banco de Brasília S.A. o prazo de 10 (dez) dias para que se manifeste quanto aos fatos narrados na Representação e encaminhe cópia integral e em meio digital do(s) processo(s) administrativo(s) atinente(s) à licitação**; III. deixar de conceder a medida cautelar solicitada por não estarem preenchidos os requisitos da fumaça do bom direito (*fumus boni juris*) e do perigo da demora (*periculum in mora*); IV. dar ciência desta decisão à representante legal da empresa H2F Construções e Serviços EIRELI – ME, Drª. Andressa Costa Cruz Del Colli (OAB/DF nº 60.855), informando-lhe que as futuras tramitações dos autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF Push (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail); V. **autorizar: a) a manifestação, de forma facultativa, no mesmo prazo de 10 (dez) dias, da empresa privada Araujo Abreu Engenharia S.A., vencedora da licitação objeto do Pregão Eletrônico – PE nº 32/2019**; b) o envio de cópia da Representação e desta decisão ao Banco de Brasília S.A. e à empresa interessada, a fim de subsidiar o cumprimento dos incisos II e V, alínea “a”; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade para a adoção das providências pertinentes.*”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

Presidiu a sessão o Presidente em exercício, Conselheiro MÁRCIO MICHEL. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCD, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausentes a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, e o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.” (grifei)

5. Em atenção ao decidido, o BRB encaminhou seus esclarecimentos por meio do Ofício DIRCO – 2019/082 (e-doc B889F5BD-c), de 23.08.2019, e cópia do processo administrativo atinente à licitação (associado ao sistema e-TCDF).

6. A empresa Araújo Abreu Engenharia S.A., vencedora do certame, manteve-se silente.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

7. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 62/2019 – Digem1 (e-doc 8F38940C-e), de 10.9.2019, analisa a matéria, nos termos seguintes:

“BANCO DE BRASÍLIA S/A

7. O Banco de Brasília S/A, por meio do Ofício DIRCO – 2019/082 (fl. 1, peça 17), tendo como signatária a titular da Diretoria de Risco e Controladoria - DIRCO, Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz, encaminhou as informações contidas na Carta DIPES/SUSEG/GECON – 2019/290, da lavra da Sra. Lorena Perez Cabral, respondendo pela Superintendência de Administração de Material, Patrimônio e Serviços Gerais - SUSEG; do Sr. Jean Felipe Mazépas, titular da Gerência de Contratações – GECON; e do Sr. Carlos F. L. Fagundes, especialista júnior; que contou com aval da mesma Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz, titular da Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DIPES, de seguinte teor (fls. 2/5, peça 17):

Carta DIPES/SUSEG/GECON 2019/290, de 22/08/2019

(...)

2. A seguir, abordaremos de maneira sintética os pontos abordados pela Representante e faremos os devidos esclarecimentos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

3. *Cumpre-nos informar que não recebemos a Representação e que os esclarecimentos baseiam-se exclusivamente na documentação recebida.*

4. *Inicialmente, cabe lembrar que a Representante, durante o período que antecedeu a abertura da faz (sic) de lances do Pregão Eletrônico, não fez uso do seu direito de esclarecer ou impugnar o edital, não podendo alegar, dessa forma, que os citados itens na Representação seriam “supostamente estranhos aos requisitos de habilitação”. Ao contrário, deixou registrado no Sistema de Compras Comprasnet que concordava com o Edital.*

4. O referido pregão teve como objeto a contratação de empresa visando o fornecimento de mão de obra especializada para prestação dos serviços de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial, com equipe técnica residente no BRB, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos.

5. Preliminarmente, referente aos fatos narrados na Representação constante do processo nº 17726/2019-e quanto à alegação da Representante de que foi indevidamente inabilitada por ter descumprido itens supostamente estranhos aos requisitos da habilitação, a saber: 12.4, 12.5, 12.6, 12.7, 12.8, 16, 17 e 18 do instrumento convocatório, informamos:

6. No Parecer DIPES/SUSEG/GEREM-2019/387, de 12 de Junho de 2019, que tratou da apreciação da documentação referente à habilitação Técnica da empresa H2F CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI - ME, foram citados os itens 12.4, 12.5, 12.6, 12.7, 12.8, 16, 17 e 18 do instrumento convocatório de forma transcrita no sentido de replicar os itens que tratam da **Capacitação Técnica- Operacional e da Capacitação Técnico- Profissional**. Assim, no referido parecer foi realizada uma análise individual de cada atestado de capacidade técnica apresentado pela Representante, como também foram consignados os respectivos itens do Edital sob análise.

7. Os itens 12.6, 12.7, 12.8, 16, 17 e 18, do edital do Pregão Eletrônico nº 032/2019, referiam-se a orientações ou solicitações de declarações, que necessitariam ser observadas, e que faziam parte da documentação a ser enviada para análise de habilitação, sendo que a falta de qualquer destes itens implicaria na inabilitação das empresas.

8. Diante disso, a análise dos documentos apresentados pela Representante para comprovação da capacidade técnica para execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

032/2019 foi conduzida buscando verificar o alinhamento dos serviços apresentados pela empresa com as necessidades do Banco de Brasília, devidamente expressos no edital de licitação.

9. Os serviços de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial necessários para a licitação em comento podem ser resumidamente explicados da seguinte forma:

a) Os serviços de assessoria técnica e administrativa referem-se aos serviços realizados com a assistência de um profissional técnico especializado, onde a sua função é a de prestar auxílio técnico ao BRB, desde a identificação da necessidade de uma intervenção, elaboração de especificações técnicas e planilha orçamentária até o acompanhamento e recebimento do serviço, ou seja, a equipe técnica se envolverá operacionalmente com o problema, não apenas identificando, mas também interferindo diretamente nos processos para solucioná-los;

b) Os serviços de assessoria técnica incluem atividades como o gerenciamento de serviços de engenharia, análise de projetos e documentos técnicos, acompanhamentos dos serviços, relatórios, laudos, pesquisa de fornecedores, entre outras atividades;

c) Ao contratar uma empresa especializada em assessoria técnica de engenharia, o BRB quer garantir total fiscalização, controle e segurança dos serviços realizados dentro de suas unidades por empresas terceirizadas, pois podem interferir em estruturas vitais dos imóveis e, em alguns casos, comprometer sua integridade;

d) Para evitar acidentes e danos às estruturas e funções sistêmicas dos edifícios, a assessoria técnica de engenharia é fundamental, pois fará o acompanhamento profissional dos serviços de engenharia e manutenção predial, com orientações técnicas para assegurar o cumprimento de normas e procedimentos eficientes e seguros;

e) A contratada prestará assessoria ao BRB quanto aos serviços de empresas terceirizadas de serviços de engenharia e manutenção, especificações, planilhas orçamentárias, estudos de viabilidade técnica, laudos, levantamentos, cronogramas físico-financeiros, pareceres, vistorias e outros de mesmas naturezas,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

necessários à administração, conservação e manutenção dos imóveis patrimoniais de uso do BRB;

f) O serviço de assessoria administrativa inclui atividades gerais de escritório, tais como a separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, participação na organização de arquivos, confecção de correspondências, minutas e outros textos, seguindo processos e rotinas estabelecidas e valendo-se de sua experiência, para atender às necessidades administrativas;

g) Por meio da assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial é realizada a gestão documental e conduz-se uma fiscalização responsável e eficiente em todas as etapas da reforma ou serviços a serem executados.

10. Em linhas gerais, nos Atestados de Capacidade-Técnica apresentados pela Representante foram identificados os seguintes serviços:

a) Prestação de serviços continuados de manutenção predial, preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, instrumentos de medição, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços;

b) Prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de grupos geradores e Chaves ATS, mediante fornecimento de mão de obra e materiais;

c) Prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de grupos geradores e Chaves ATS e QTA's;

d) Realização de Manutenção de No-break e manutenção Banco de baterias No-break;

e) Prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos e Nobreaks, bancos de bateria e chave de transferência;

f) Prestação de serviços continuados de manutenção preditiva, manutenção corretiva com reposição de peças;

g) Prestação de serviços de elaboração de projetos executivos de reforma/ampliação e projetos as builts de edifício;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

h) Prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de subestação elétrica e banco de capacitores;

i) Prestação de serviços de gestão de obra de reforma (não está registrado no CREA);

j) Prestação de serviços de pequenas construções, reforma manutenção preditiva, preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de mão de obra e equipamentos;

k) Prestação de serviços de engenharia elétrica para realizar estudos, dimensionamento, elaborar projetos, acompanhar a execução dos serviços, elaborar “As Built” e realizar a anotação da responsabilidade técnica - ART para as serviços executados;

l) Prestação de serviços para adequação de talude, muro de arrimo, drenagem pluvial e delimitação da área, contemplando cerca.

11. Para a comprovação da realização de serviços de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial compatíveis com o objeto da licitação, procedemos com a avaliação dos atestados apresentados pela empresa, buscando identificar a compatibilidade com os serviços descritos no Edital e seus Anexos.

12. Entretanto, observamos que, nos atestados apresentados, os serviços prestados, descritos nas letras **a) a l)**, não são compatíveis com os serviços dos quais o BRB necessita e consignou em edital, conforme explicação resumida descrita no item 9, letras “a” a “g”.

13. Ressalta-se que na documentação apresentada pela Representante foram identificados dois atestados que atenderiam a parcela de maior relevância técnica ou valor significativo descrita no item 12.5.1.1, para Capacitação Técnica Profissional, comprovando a realização de serviços de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial compatíveis com o objeto da licitação:

a) Certidão de Acervo Técnico - CAT 1770/2010 - Banco do Brasil;

b) Certidão de Acervo Técnico - CAT 072014001560 Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no DF.

Contudo, as referidas certidões não estão em nome da H2F CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

por isso não podem ser consideradas para habilitação técnica da licitante:

- Certidão de Acervo Técnico - CAT 1770/2010 - emitida pelo Banco do Brasil este em nome da empresa **Santa Clara Engenharia e Empreendimentos Ltda.**
- Certidão de Acervo Técnico - CAT 072014001560 - emitida pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no DF está em nome da empresa **Engeprom Engenharia Ltda.**

14. Ressaltamos que o interesse maior de um processo licitatório, além do melhor preço, é a seleção de prestadores de serviços que possam atender às necessidades da Administração Pública e aos anseios de gestão adequada dos recursos disponíveis, e a decisão pela inabilitação baseou-se na impossibilidade de comprovação pela Representante de ter prestado ou prestar serviços (há pelo menos 12 meses) de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial, compatível(is) (semelhantes ou similares) com o objeto da licitação, conforme disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, transcrito abaixo:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

15. Dessa forma, a licitante H2F Construções e Serviços Eireli - ME, ora Representante, foi considerada inabilitada pois os documentos apresentados que visavam a comprovação de capacidade técnica operacional não atenderam a parcela de maior relevância técnica ou valor significativo descrita no item 12.4.2 do edital do Pregão Eletrônico nº 032/2019.

16. Diante do exposto, o BRB reitera o entendimento de que a inabilitação da Representante está devidamente fundamentada em preceitos legais, e sendo descumpridos os requisitos de habilitação exigidos no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 032/2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

17. Sendo o que tínhamos a esclarecer, encaminhamos a presente correspondência à GECIC para as providências cabíveis, sendo anexo um cd contendo a cópia digitalizada do inteiro teor do Processo nº 041.000.437/2019.

(grifos adicionados)

ANÁLISE

8. Analisando o mérito da Representação da empresa privada H2F Construções e Serviços EIRELI – ME (peça 3) em cotejo com as informações prestadas pelo Banco de Brasília S/A – BRB (peça 17), concluímos pela razoabilidade destas últimas e, conseqüente, improcedência da inicial.

9. A representante alegou que fora inabilitada inapropriadamente com base nos subitens 12.4, 12.5, 12.6, 12.7 e 12.8 e nos itens 16 a 19; e que esses últimos seriam estranhos aos requisitos à habilitação; bem assim, tentou demonstrar que houve equívoco interpretativo do pregoeiro em seu mister, pois, em seu sentir, atendera com todos os requisitos.

10. Os subitens em evidência compõem o item 12, que trata da habilitação, e têm a seguinte dicção:

12 DA HABILITAÇÃO

12.1 Para fins de habilitação ao certame, o licitante deverá satisfazer os requisitos relativos a:

12.1.1 habilitação jurídica;

12.1.2 regularidade fiscal e trabalhista;

12.1.3 qualificação econômico-financeira;

12.1.4 qualificação técnica;

(...)

12.4 Capacitação Técnica-Operacional:

12.4.1 01 (um) atestado/certidão de capacidade técnica, ou mais, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível(is) (semelhantes ou similares) com o objeto da licitação, que comprovem, individual ou separadamente, como parcela de maior relevância, que a licitante cumpriu o que se segue:

12.4.2 Ter prestado ou prestar serviços (há pelo menos 12 meses) de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

12.5 Capacitação Técnico-Profissional:

12.5.1 Comprovação da execução, pelos responsáveis técnicos da licitante, graduados em Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, devidamente inscritos no CREA/CAU, detentores de atestados de responsabilidades técnicas, por meio da apresentação de atestado (s) ou certidão (ões) de capacidade técnica, emitido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente registrados no CREA/CAU, compatíveis com o objeto da licitação, que comprove individual ou separadamente, como parcelas de maior relevância o que segue:

12.5.1.1 Ter prestado ou prestar serviços (há pelo menos 12 meses) de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial.

12.6 Não serão considerados os atestados que não tiverem relação com edificações para fins comerciais ou de serviços;

12.7 Para a atendimento aos subitens do item 12.4, o licitante poderá apresentar atestado de um único contrato ou da totalidade de um ou mais contratos.

12.8 O licitante melhor classificado deverá apresentar, também, os seguintes documentos:

12.8.1 Declaração, produzida pelo próprio licitante, de que possuirá em seu quadro permanente, quando da assinatura do Contrato, responsáveis técnicos, que estejam devidamente registrados no CREA ou no CAU, com formação de nível superior em Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica ou outra titulação com atribuição profissional equivalente e reconhecida pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) ou pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil)

12.8.1.1 A comprovação poderá ser feita mediante a apresentação do acervo técnico do responsável indicado em conjunto com o contrato social, se sócio, ou com o contrato de trabalho, ou com o registro em carteira de trabalho (CTPS) ou com o contrato particular de prestação de serviços.

*12.8.1.2 Declaração de compromisso de que possuirá, na assinatura do contrato, escritório no Distrito Federal, com a Estrutura Administrativa mínima descrita no Item 24 do **Anexo I - Termo de Referência.***

12.8.2 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, com vínculo familiar com funcionário detentor de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

*função de confiança do Banco de Brasília S.A., nos termos do art. 8º do Decreto nº 32.751/2011, conforme **Anexo XI**.*

12.8.3 Os licitantes que se declararem como ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006, deverão comprovar essa condição, preferencialmente, mediante apresentação de **certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio**, conforme o Art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, a qual deverá ser encaminhada ao Pregoeiro junto com os demais documentos, na forma dos itens 12.10 e 12.11; 12.8.3.1 Tratando-se de sociedade simples, a comprovação da qualidade de ME ou EPP, poderá ser auferida conforme disposto na Lei Complementar 123/2006, art. 3º, incisos I e II, e parágrafos 1º, 2º e 10º, observando-se, ainda, as exceções previstas no parágrafo 4º do mesmo artigo, devendo tal condição ser demonstrada mediante a apresentação de balanços, nos termos previstos em lei e na forma dos itens 12.10 e 12.11 ou por meio de consulta aos dados cadastrados no SICAF, se forem estes suficientes para a prova pretendida.

(...)

(fls. 9/11, peça 6, grifos originais)

11. Os elencados itens 16 a 19 tratam de outras demandas (fls. 13/16, peça 6), realmente estranhas à habilitação, razão pela qual não os transcrevemos:

ITEM	TÍTULO (CAPUT)
16	DO PAGAMENTO, DAS OBRIGAÇÕES, DA FISCALIZAÇÃO E DA GARANTIA FINANCEIRA
17	DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AO LICITANTE E À CONTRATADA
18	DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
19	CONSIDERAÇÕES FINAIS

12. Ocorre que a inabilitação da então representante, consoante consta do mencionado Parecer DIPES/SUSEG/GEREM – 2019/387 (fls. 23/37, peça 3; fls. 1780/1794 do Processo nº 041.000.437/2019, associado), bem assim argumentado pelo BRB (peça 17) e por nós compreendido, se deu porque (i) a empresa H2F não apresentou documentação suficiente ao atendimento dos subitens 12.4 e 12.5 (fls. 24/37, peça 3), visto que parte dos serviços prestados (descritos nas letras “a” a “I” do item 10 da Carta – fls. 3/4, peça 17), não são compatíveis com os serviços exigidos no Edital; e (ii) determinadas Certidões de Acervo Técnico – CAT não estão em nome da empresa **H2F** Construções e Serviços EIRELI - ME; mas, de outras empresas (fls. 32/36, peça 3).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

13. No que tange à argumentação da representante, temos que não se mostraram claras, exigindo - por ela mesma afirmado - deduções quanto ao seu conteúdo. A representante por vezes alegou que as características dos serviços prestados seriam condizentes apesar de não expressas, visto que implícitas ou carentes de interpretação.

14. Não conseguimos alcançá-las, nem por via de dedução, tampouco por interpretação.

15. Por outro lado, entendemos as razões expressas pelo Banco, que se mostraram consentâneas com a realidade dos autos, tomando-se o teor dos CAT em cotejo com as exigências editalícias.

16. Quanto às Certidões de Acervo Técnico verificadas em nome de outras empresas, temos as emitidas (1) pelos Ministério da Justiça (CAT 0720150000669 - fls. 148/159, peça 3), (2) Banco do Brasil (CAT 1770/2010 - fls. 160/168, peça 3) e (3) Ministério da Educação (CAT 0147/2013 - fls. 169/193, peça 3) em nome da **SANTA CLARA** Engenharia e Empreendimentos Ltda.; (4) pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal (CAT 072014001560 - fls. 199/216, peça 3) em nome da **ENGEPROM** Engenharia Ltda.; (5) pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (CAT 0720160000011 - fls. 217/225, peça 3) em nome da **ROCHA BRESSAN** Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.; (6) pela Secretaria de Infraestrutura e Obras (CAT 1647/2002 - fls. 233/256, peça 3) em nome da **PRINCIPAL** Construções Ltda. e **SCB** Engenharia Ltda.; (7) pela EMPLAVI Empreendimentos Imobiliários Ltda. (CAT 0001/2010 - fls. 257/267, peça 3) em nome da **SOLTEC** Engenharia Ltda.; (8) pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (CAT 0720180000534 - fls. 272/280, peça 3) e (9) pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (CAT 0720140001495 - fls. 281/294, peça 3), ambas em nome da **RCS** Tecnologia Ltda.

17. Diante disso, resta-nos concluir pela subsistência das informações prestadas pelo Banco e, de consequência, pela improcedência da Representação da empresa privada HSF Construções e Serviços EIRELI – ME.

18. Sugeriremos que a c. Corte, assim reconhecendo, autorize o arquivamento dos autos após as devidas comunicações.

19. Além disso, pontuamos o atendimento do Banco de Brasília às diligências contidas no item II da Decisão nº 2.714/2019, com manifestação (peça 17) e envio de cópia do processo administrativo atinente à licitação (associado).

20. Contudo, impende-nos frisar que a análise de mérito também foi possível devido à juntada, por parte da representante, além de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

cópia integral do Parecer DIPES/SUSEG/GEREM – 2019/387 (fls. 23/37, peça 3), dos demais documentos anexos à Representação (ex vi dos citados no parágrafo 16); bem assim, posteriormente, do Edital (peça 6).

21. Também registramos que, em atenção ao facultado por meio do item V, “a”, da Decisão nº 2.714/2019, não houve manifestação da empresa privada ARAUJO ABREU Engenharia S.A., vencedora do PE nº 32/2019.

22. Nada obstante, compreendemos que não há prejuízo ao terceiro interessado, tampouco à análise presente.”

8. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento da documentação e dos esclarecimentos encaminhados pelo Banco de Brasília S/A (peça 17 e arquivo associado);

II. considere atendidas as diligências contidas no item II da Decisão nº 2.714/2019;

III. julgue pela improcedência da Representação da empresa privada H2F Construções e Serviços EIRELI – ME (peça 3);

IV. autorize:

a. seja dada ciência da decisão que vier a ser adotada aos interessados; e

b. o retorno dos autos à Segem para arquivamento.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 612/2019-G1P (e-doc 5353722E-e), de 27.9.2019, da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, aquiesce ao encaminhamento da Unidade Instrutória.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

VOTO

10. Nesta fase, analisa-se o mérito da Representação formulada pela empresa privada H2F Construções e Serviços EIRELI – ME, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico - PE nº 32/2019, conduzido pelo Banco de Brasília S/A – BRB.

11. A peça inaugural noticiava possíveis falhas no Pregão Eletrônico – PE nº 32/2019, cujo objeto era a contratação de empresa para o fornecimento de mão de obra especializada para prestação dos serviços de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial (com equipe técnica residente no BRB).

12. Em apertada síntese, a empresa H2F Construções e Serviços EIRELI – ME **alega que foi indevidamente inabilitada** por ter descumprido os seguintes itens do edital: 12.4, 12.5, 12.6, 12.7, 12.8 e 16 a 19.

13. O Corpo Técnico, com aquiescência do **Parquet** especializado, sugere a improcedência da exordial e o arquivamento dos autos.

14. Passa-se à apreciação.

15. De imediato, registra-se que **os itens de 16 a 19 não estão relacionados aos requisitos de habilitação**, conforme depreende-se do quadro a seguir:

Item	Título (Caput)
16	Do pagamento, das obrigações, da fiscalização e da garantia financeira
17	Das sanções aplicáveis ao licitante à contratada
18	Dos esclarecimentos e da impugnação ao edital
19	Considerações Finais

16. Por sua vez, o item 12 elenca, de fato, as exigências relacionadas à fase de habilitação:

Edital do Pregão Eletrônico – PE nº 32/2019 – BRB S/A	
Item/Subitem	Exigência
12.4 – Capacitação Técnica-Operacional	12.4.1 – 1 (um) atestado/certidão de capacidade técnica, ou mais, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível (is) (semelhantes ou similares) com o objeto da licitação, que comprovem, individual ou separadamente, como parcela de maior relevância, que a licitante cumpriu o que se segue: 12.4.2 –



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

	Ter prestado ou prestar serviços (há pelo menos 12 meses) de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial.
12.5 – Capacitação Técnico-Profissional	<p>12.5.1 – Comprovação da execução, pelos responsáveis técnicos da licitante, graduados em Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, devidamente inscritos no CREA/CAU, detentores de atestados de responsabilidades técnicas, por meio da apresentação de atestado (s) ou certidão (ões) de capacidade técnica, emitido (s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente registrados no CREA/CAU, compatíveis com o objeto da licitação, que comprove individual ou separadamente, como parcelas de maior relevância o que segue:</p> <p>12.5.1.1 – Ter prestado ou prestar serviços (há pelo menos 12 meses) de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial.</p>
12.6 – Não serão considerados os atestados que não tiverem relação com edificações para fins comerciais ou de serviços;	
12.7 – Para o atendimento aos subitens do item 12.4, o licitante poderá apresentar atestado de um único contrato ou da totalidade de um ou mais contratos.	
12.8 – O licitante melhor classificado deverá apresentar, também, os seguintes documentos:	<p>12.8.1 – Declaração, produzida pelo próprio licitante, de que possuirá em seu quadro permanente, quando da assinatura do Contrato, responsáveis técnicos, que estejam devidamente registrados no CREA ou no CAU, com formação de nível superior em Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica ou outra titulação com atribuição profissional equivalente e reconhecida pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) ou pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil).</p> <p>12.8.1.1 – A comprovação poderá ser feita mediante a apresentação do acervo técnico do responsável indicado em conjunto com o contrato social, se sócio, ou com o contrato de trabalho, ou com o registro em carteira de trabalho (CTPS) ou com o contrato particular de prestação de serviços.</p> <p>12.8.1.2 – Declaração de compromisso de que possuirá, na assinatura do contrato, escritório no Distrito Federal, com a Estrutura Administrativa mínima descrita no Item 24 do Anexo I – Termo de Referência.</p> <p>12.8.2 – Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, com vínculo familiar com funcionário detentor de função de confiança do Banco de Brasília S.A., nos termos do art. 8º do Decreto nº 32.751/2011, conforme Anexo XI.</p> <p>12.8.3 – Os licitantes que se declararem como ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006, deverão comprovar essa condição, preferencialmente, mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme o Art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30.4.2007, a qual deverá ser encaminhada ao Pregoeiro junto com os demais documentos, na forma dos itens 12.10 e 12.11;</p> <p>12.8.3.1 – Tratando-se de sociedade simples, a comprovação da qualidade de ME ou EPP poderá ser auferida conforme disposto na Lei Complementar 123/2006, art. 3º, incisos I e II, e parágrafos 1º, 2º e 10º, observando-se, ainda, as exceções previstas no parágrafo 4º do mesmo artigo, devendo tal condição ser demonstrada mediante a apresentação de balanços, nos termos previstos em lei e na forma dos itens 12.10 e 12.11 ou por meio de consulta aos dados cadastrados no SICAF, se forem estes suficientes para a prova pretendida.</p>

17. Antes de adentrar ao mérito da exordial, oportuno lembrar que a **capacidade técnico-operacional** está relacionada com a aptidão e atributos da própria empresa, enquanto a **capacidade técnico-profissional** diz respeito à aptidão e experiência de seus profissionais.

18. Nesse sentido, também já elucidou o Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.332/16 – Plenário):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

*“A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a **capacidade técnico-operacional**, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada **capacidade técnico-profissional**, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.”*

19. O Banco de Brasília S/A – BRB, por meio do Parecer DIPES/SUSEG/GEREM 2019/387, de 12.6.2019, alega que a H2F Construções e Serviços EIRELI – ME não ofertou documentação suficiente à sua habilitação técnica.

20. Segundo o Ofício DIRCO – 2019/082 –BRB, de 23.8.2019, parte dos serviços prestados pela empresa não era compatível com aqueles exigidos no Edital (fls. 3/4, e-doc B889F5BD-c) e algumas das Certidões de Acervo Técnico – CAT apresentadas não estavam em nome da Representante (fls. 32/36, e-doc 04BC484A-c).

21. É bem verdade que a Representante limitou-se a comprovar a execução direta de manutenção predial preventiva e corretiva, enquanto o objeto da licitação se referia à prestação de serviços de **assessoria técnica e administrativa** nas áreas de engenharia e manutenção predial, configurando descumprimento do subitem 12.4 do Edital (Capacitação Técnico-Operacional).

22. Cumpre ainda esclarecer que dentre toda a documentação oferecida pela H2F Construções e Serviços EIRELI – ME., apenas dois atestados comprovariam a realização de serviços de assessoria técnica e administrativa, quais sejam:

1) Certidão de Acervo Técnico – CAT 1770/2010 – Banco do Brasil (fls. 160/168, e-doc 04BC484A-c); e

2) Certidão de Acervo Técnico – CAT 072014001560 Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no DF (fls. 199/216, e-doc 04BC484A-c).

23. Entretanto, de acordo com o Parecer DIPES/SUSEG/GEREM



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

2019/387 ¹, tais documentos satisfariam apenas os requisitos de **Capacitação Técnica Profissional** (subitem 12.5), não podendo ser aceitos para fins de Capacitação Técnica Operacional (subitem 12.4) por não estarem em nome da licitante, nos termos seguintes:

“m) Certidão de Acervo Técnico – CAT 1770/2010 – Banco do Brasil – CNPJ: 00.000.000/5844-01

*m.1 - O atestado de capacidade técnica apresentado para a **Capacitação Técnica Operacional**, considerando a parcela de maior relevância técnica ou valor significativo descrita no item 12.4.4.1, **não atende** ao descrito no item, conforme detalhamento abaixo:*

– O atestado não está em nome da licitante. Está em nome da empresa Santa Clara Engenharia e Empreendimentos Ltda.

*m.2 - O atestado de capacidade técnica apresentado para a **Capacitação Técnica Profissional**, considerando a parcela de maior relevância técnica ou valor significativo descrita nos itens 12.4.4.1 e 12.5.1.1, **atende** ao descrito nos itens.*

[...]

o) Certidão de Acervo Técnico – CAT 072014001560 Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no DF – CNPJ: 00394494/0024-22

*o.1 - O atestado de capacidade técnica apresentado para a **Capacitação Técnica Operacional**, considerando a parcela de maior relevância técnica ou valor significativo descrita no item 12.4.4.1, **não atende** ao descrito no item, conforme detalhamento abaixo:*

– O atestado não está em nome da licitante. Está em nome da empresa Engeprom Engenharia Ltda.

*o.2 - O atestado de capacidade técnica apresentado para a **Capacitação Técnica Profissional**, considerando a parcela de maior relevância técnica ou valor significativo descrita nos itens 12.4.4.1 e 12.5.1.1, **atende** ao descrito nos itens.” (grifei)*

24. Porém, forçoso reconhecer pontual imperfeição do Parecer DIPES/SUSEG/GEREM 2019/387 ao, apesar do exame suso reproduzido,

¹ Por meio do qual o BRB externou o exame de toda documentação oferecida pela empresa H2F Construções e Serviços EIRELI – ME. Disponível em: file:///C:/Users/anna.barroso/Downloads/Parecer%202019_387%20H2F.pdf. Acesso em 4.10.2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

menção² que a empresa não teria entregue documentação suficiente para atendimento dos subitens 12.4 e 12.5 (fl. 24, e-doc 04BC484A-c).

25. Entretanto, **tal desacerto não trouxe prejuízo à conclusão do Pregoeiro em inabilitar tecnicamente a Representante** para a execução do Pregão Eletrônico – PE nº 32/2019.

26. Corroborando tal entendimento, pesquisa realizada por meu Gabinete no sítio Comprasnet³ identificou os seguintes esclarecimentos do Pregoeiro, ratificados pela autoridade competente, em sede de recurso administrativo impetrado pela Representante:

*“Lembramos que o entendimento da Recorrente de que não há a necessidade do Atestado apresentado no item 12.4.1 (**capacidade técnico-operacional**) realmente não precisam estar registrados no Conselho, **porém isso não alija o fato de que DEVEM ESTAR EM NOME DA LICITANTE (somente para a aceitação quanto à citada capacidade!)**.”*

*Vale ressaltar, que o interesse maior de um processo licitatório é a seleção de prestadores de serviços que possam atender às necessidades da Administração Pública e aos anseios de gestão adequada dos recursos disponíveis, **a decisão por inabilitação baseou-se na impossibilidade de comprovação pela licitante de ter prestado ou prestar serviços (há pelo menos 12 meses) de assessoria técnica e administrativa nas áreas de engenharia e manutenção predial, compatível(is) (semelhantes ou similares) com o objeto da licitação**, conforme disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, transcrito abaixo:*

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Diante do exposto neste documento, a licitante não apresentou

² “b) A empresa não apresentou documentação suficiente para atendimento do item 12.4 seus subitens e não apresentou documentação suficiente para o item 12.5 e seus subitens, conforme transcrito abaixo.” Parecer DIPES/SUSEG/GEREM 2019/387. Disponível em: file:///C:/Users/anna.barroso/Downloads/Parecer%202019_387%20H2F.pdf. Acesso em 4.10.2019.

³ Disponível em: <http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/termoJulgItem.asp?prgCod=787596&jpgCod=21738395&numprp=322019&indSRP=N&codUasg=925008#>. Consulta em 7.10.2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

argumentos e elementos suficientes que pudessem subsidiar uma revisão da análise e entendimento impresso no PARECER DIPES/SUSEG/GEREM-2019/387.

A licitante H2F Construções e Serviços Eireli - ME foi considerada inabilitada pois os documentos para comprovação de capacidade técnica operacional que atenderiam a parcela de maior relevância técnica ou valor significativo descrita no item 12.4.4.1 não estão no nome da Licitante (item 12.4.1).

*Assim, a área técnica entende que o PARECER DIPES/SUSEG/GEREM-2019/387 está fundamentado em preceitos legais e, visto que não foram acrescentadas informações em desfavor a este entendimento, **mantém-se a inabilitação da Recorrente.***

CONCLUSÃO

*Diante da inexistência de razão que possa albergar uma decisão no sentido de acolhimento do pleito da Recorrente H2F CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME, impõe-se o **improvemento do Recurso Administrativo**, mantendo-se inalterada a decisão do Pregoeiro, fundada nas razões expostas acima.”*

Ante o exposto, de acordo com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento do Ofício DIRCO – 2019/082 – BRB (e-doc B889F5BD-c) e do Processo nº 041.000.437/19 (associado ao sistema e-TCDF);

II. tenha por atendido a Decisão nº 2.714/19;

III. considere, no mérito, improcedente a Representação da empresa privada H2F Construções e Serviços EIRELI – ME (e-doc 04BC484A-c);

IV. autorize:

a) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida ao Banco de Brasília S/A e à empresa Representante;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S1

Proc.: 17.726/19-e

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2019.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada.